

A SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES HUMANAS NO CAPITALISMO

Tallison Huan Ferreira Silva¹

Resumo: A fome é uma expressão da “questão social” decorrente da pauperização produzidas pelo sistema capitalista. Uma parte significativa da população é privada de acessar uma alimentação condizente com suas necessidades diárias, mesmo sendo um direito de todos os cidadãos. Sendo esse um direito, deve ser garantido no âmbito das políticas sociais. Por isso quando o combate à fome é negligenciado pode-se afirmar que ela torna-se um projeto de governo. Este trabalho tratou sobre o fenômeno da fome na perspectiva das necessidades humanas, compreendida a partir do referencial teórico marxista. A relevância deste trabalho justifica-se pela importância de entender as causas fundamentais da fome, assim como os motivos pelos quais este fenômeno ainda presente. Observou-se por fim que a fome é um projeto de governo que intensifica o neoliberalismo e que, por isso, o Estado deixa à mercê da própria sorte, aqueles que estão com fome.

Palavras-chave: Modo de produção capitalista; Necessidades Humanas; Fome;

Abstract: Hunger is an expression of the “social issue” resulting from the pauperization produced by the capitalist system. A significant part of the population is deprived of access to food that meets their daily needs, even though it is a right for all citizens. Since this is a right, it must be guaranteed within the scope of social policies. Therefore, when the fight against hunger is neglected, it can be said that it becomes a government project. This work dealt with the phenomenon of hunger from the perspective of human needs, understood from the Marxist theoretical framework. The relevance of this work is justified by the importance of understanding the fundamental causes of hunger, as well as the reasons why this phenomenon is still present. Finally, it was observed that hunger is a government project that intensifies neoliberalism and that, therefore, the State leaves those who are hungry to their own devices.

Keywords: Capitalist mode of production; Human Needs; Hunger;

INTRODUÇÃO

O estudo das necessidades humanas dentro do contexto capitalista é essencial para compreender as dinâmicas sociais, econômicas e políticas que moldam a vida das pessoas. Desde os primórdios da civilização, as necessidades humanas têm sido o precursor por trás das atividades sociais e econômicas, impulsionando a busca por alimentos, segurança e uma variedade de outros recursos essenciais para a sobrevivência e o bem-estar. No entanto, a forma

¹ Assistente Social, Técnico em Enfermagem, Pós Graduando em Direito Trabalhista pela Faculdade Venda Nova do Imigrante. ORCID: 0009-0008-7016-8227E-mail: tallisonhuan@outlook.com

como essas necessidades são compreendidas e atendidas varia significativamente de acordo com o sistema socioeconômico predominante em uma determinada sociedade.

Dentro do sistema capitalista, as necessidades humanas frequentemente subordinam-se aos imperativos do lucro e da acumulação de capital. Heller (1986), em sua obra sobre a teoria das necessidades, distingue entre necessidades biológicas e sociais, enfatizando a importância de satisfazê-las para garantir uma existência digna e plena. No entanto, no contexto do capitalismo contemporâneo, as necessidades humanas tendem a ser reduzidas a meros requisitos de sobrevivência, submetidas à lógica implacável de acumulação de capital.

Neste contexto, a alimentação emerge como um exemplo emblemático das complexidades envolvidas na satisfação das necessidades humanas no capitalismo. Enquanto a produção de alimentos é fundamental para garantir a sobrevivência e o bem-estar das populações, ela também é profundamente influenciada pelas dinâmicas econômicas do mercado capitalista. A produção de alimentos é frequentemente orientada pela busca pelo lucro, levando a práticas agrícolas intensivas, desigualdades estruturais na distribuição de recursos e uma crescente desconexão entre os sistemas alimentares e as necessidades nutricionais das populações.

A fome tem origem agregadas ao modo de produção, se perpetuando ao longo do tempo. Desde os primórdios da propriedade privada até a lógica atual do sistema que baseia-se na acumulação de lucro.

Perpassa neste artigo entendimento das necessidades humanas a partir de Agnes Heller, no qual evidenciar que com o alastramento do capitalismo, concomitantemente as necessidades humanas vão sendo limitadas, e também ocorre a degradação do próprio trabalhador e aumento da pobreza.

Adiante, será discutido a partir de Lukács e Marx o trabalho como *práxis*, através do ser social, ou seja, ao realizar o trabalho o sujeito irá identificar-se na excursão deste, entendendo e compreendendo o processo do trabalho. Por fim aborda-se através de Wood e Mézáros a perversidade do capitalismo, no que tange a sua constituição, e desdobramentos das necessidades humanas, tratando o homem como mero objeto, deixando o trabalhador à mercê da sociedade.

DESENVOLVIMENTO

A CONCEPÇÃO DE NECESSIDADES HUMANAS EM HELLER

As necessidades humanas são complexas, uma vez que é relativo à sobrevivência do sujeito social. A análise de Marx das necessidades humanas são históricas e buscam entender elementos ontológicos, categorizando as necessidades humanas como natural e socialmente produzida. Para Heller (1978, pag. 28) “A necessidade física corresponde aqui à biológica, ou seja, aquelas necessidades dirigidas à conservação das meras condições vitais”. Neste sentido, quando Marx estabeleceu a classificação das necessidades como "naturais", a "produção social" não nega o conteúdo das necessidades naturais, ou seja, aquelas relacionadas às condições materiais de existência, como alimentação, abrigo e vestuário.

Assim, segundo Heller (1978), a redução das necessidades humanas ao conteúdo social, inclusive as de natureza biopsicológica, é um produto da sociedade capitalista. “É a sociedade burguesa que subordina os sentidos humanos às «grotescas necessidades práticas» e as torna «abstratas», reduzindo-as a meras necessidades de sobrevivência.» (HELLER, 1978, p. 29).

Dessa forma, a satisfação das necessidades na sociedade capitalista perpassa na subalternidade da classe trabalhadora a sucumbir a uma renda salarial mínima, a qual é essencial para proporcionar sua existência social e biológica, a venda da sua mão-de-obra. No entanto, na ausência de trabalho, essa parcela da população em situação de vulnerabilidade social, que foi expropriada, passa por um processo de pauperização, podendo recorrer à assistência social do Estado. Heller (1978) aponta que as necessidades dos sujeitos só podem ser atendidas por meio do estabelecimento de instituições sociais.²

² Segundo Carvalho (2018) no período de 1947 a 1958, Heller foi aluna e assistente de Georg Lukacs. Depois de receber seu doutorado em 1955, ela continuou envolvida na Escola de Budapeste com alguns colegas de pesquisa, como Georg Markus, Ferenc Feher e Mihai Wajda. No entanto, após a expulsão do Partido Comunista, Heller perdeu seu cargo na Universidade de Budapeste e emigrou para a Austrália no final dos anos 1970 e depois para os Estados Unidos. Atualmente, a filósofa húngara ocupa a cadeira Hannah Arendt em Filosofia e Ciência Política na New School for Social Research, em Nova York. A verdade é que, nessa época, Heller foi entrando gradualmente em diálogo com outras linhas de pensamentos e outras formas de conhecer o mundo, o que levou ao abandono da perspectiva marxista de leitura da realidade e ao afastamento da tradição marxista. Salienta-se que construção da análise baseia-se a partir do livro “Necessidades Humanas em Marx”, que tem como linha o materialismo dialético, momento no qual análise da realidade feita por Heller perpassava-se pela teoriomarxista.

As necessidades humanas são construções sociais que mantêm uma legitimidade que, em última análise, não é determinada pela natureza ou pelas condições naturais, mesmo que tais condições sejam inalienáveis. O processo de atendimento das necessidades humanas tem o privilégio de transformá-la, recriando estas ou criando novas necessidades que se tornam tão necessárias quanto às "primeiras necessidades" com as quais o homem lidou no início de sua história e em sua constituição como ser social. Nesse sentido, a concepção de Heller (1978) de atender às necessidades básicas, não perpassa apenas economicamente, ou seja, suprir o básico que o capital determina, mas a autora afirma que

Por exemplo, na sociedade moderna, a satisfação da necessidade de aprender só é possível através de instituições adequadas para a educação pública. O mesmo pode ser dito em relação à necessidade de proteger a saúde e a inúmeras espécies de necessidades culturais, até mesmo a necessidade de comunidade (HELLER, 1978, p. 35).

Assim, devido à constante necessidade de atender às crescentes demandas dos trabalhadores, as instituições de assistência social surgiram e se tornaram mais complexas. Neste aspecto, para Marx (2011), ao perderem suas condições de vida, por não conseguirem vender sua força de trabalho, os trabalhadores vegetam no pauperismo. Por isso, esse segmento passa a aceitar qualquer tipo de trabalho em troca de um mínimo para garantir a sobrevivência.

Para Lukács (1978), a categoria do trabalho é destacada como um elemento vital para a existência do ser humano que é associado ao plano ontológico do ser social. Nesta perspectiva, entende-se como trabalhador a pessoa que se torna humana através deste, com os seres que dão respostas, no sentido de que as atividades laborais que realizam emergem como respostas às necessidades materiais que levam à ação.

Diante disso, Lukács (1978, p. 3) destaca que o “ser social só pode surgir e se desenvolver sobre a base de um ser orgânico e que esse último pode fazer o mesmo apenas sobre a base do ser inorgânico”. O homem como ser social surge e materializa-se a partir da interação com o universo orgânico (a natureza e o próprio homem) e do contato com objetos concretos.

Por meio desse processo de interação (universo orgânico e universo inorgânico), temos o surgimento da existência social, e também o processo de evolução da mesma, sendo a consciência o elemento norteador desse universo.

Nesse viés, Lukács afirma:

Do mesmo modo, o processo de reprodução assume na natureza orgânica formas cada vez mais correspondentes à sua própria essência, torna-se cada vez mais nitidamente um ser sui generis, ainda que jamais possa ser eliminado o seu enraizamento nas bases ontológicas originárias. Mesmo sem ter aqui a possibilidade sequer de mencionar um tal complexo de problemas, gostaríamos, porém, de recordar como o desenvolvimento do processo de reprodução orgânica no sentido de formas superiores, o seu tornar-se cada vez mais pura e expressamente biológico no sentido próprio do termo, forma - com a ajuda das percepções sensíveis - também uma espécie de consciência, importante epifenômeno, enquanto órgão superior do funcionamento eficaz dessa reprodução (LUKÁCS, 1978, p. 4).

A consciência surge como um elemento importante e superior na reprodução da existência social, fazendo com que ela evolua biologicamente, se materialize como um ser racional e aja conscientemente no universo que a cerca. A partir do pensamento e da ação conscientes, os seres sociais passam a agir teleologicamente na natureza, pois a consciência é um elemento necessário e vital desse processo, dando origem a outro elemento: o trabalho.

Segundo Lukács (1978, p. 4), "Para que o trabalho nasça, como base estrutural dinâmica de um novo tipo de ser, é imprescindível certo grau de desenvolvimento do processo de reprodução orgânica". O trabalho surge como elemento intrínseco na evolução humana e, no desenvolvimento da consciência, é o elemento central que distingue o trabalho humano do trabalho animal. A esse respeito, Lukács (1978, p. 5) destaca:

A essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo existia "já na representação do trabalhador", isto é, de modo ideal.

A partir do desenvolvimento da consciência, e do entendimento das atividades que realizava, o homem deixou de ser um animal, passando a se constituir enquanto ser social, organismo dotado de uma consciência racional e de um viés teleológico.

O trabalho como elemento ontológico do homem leva a uma transformação da natureza e do próprio homem, afetando-o e dando-lhe novas faces, tanto individuais quanto coletivas. Segundo Lukács (1978, p. 6) "com o trabalho, portanto, dá-se ao mesmo tempo –

ontologicamente – a possibilidade do seu desenvolvimento superior, do desenvolvimento dos homens que trabalham”. Nesse aspecto, o autor delinea:

Já por esse motivo, mas antes de mais nada porque se altera a adaptação passiva, meramente reativa, do processo de reprodução ao mundo circundante, porque esse mundo circundante é transformado de maneira consciente e ativa, o trabalho torna-se não simplesmente um fato no qual se expressa a nova peculiaridade do ser social, mas, ao contrário – precisamente no plano ontológico –, converte-se no modelo da nova forma do ser em seu conjunto (LUKÁCS 1978, p. 6).

A partir do trabalho, o homem está imerso no intenso processo de reprodução, transformação e evolução. O homem torna-se um ser social que age conscientemente de acordo com o trabalho da teleologia, transformando a natureza em sua relação com a natureza e ao mesmo tempo transformando a si mesmo, desenvolvendo e adquirindo novas potencialidades. Este é o trabalho teleológico inerente ao ser social.

O processo de reprodução do homem a partir do trabalho se dá mediante o crescimento material, onde irá suprir suas necessidades. Desse modo compreende-se que o homem, enquanto ser social consciente, age na natureza de forma racional, a partir do trabalho teleológico: mediante as necessidades, ele sente suas carências, idealiza o seu objetivo e age sobre a natureza, extraíndo dela os materiais necessários para suprir as suas necessidades. O homem é um ser genérico, conseqüentemente, um ser natural que estabelece relações sociais com os outros homens e a natureza. Esta última apresenta-se para o trabalho, sendo ela modificada pelo trabalhador que automaticamente também é modificado, caracterizando o trabalho.

O homem utiliza-se do trabalho para satisfazer as suas necessidades básicas. Em Marx (2011) este processo de trabalho é apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição natural eterna da vida humana, sendo igualmente comum a todas as suas formas sociais. O trabalho é a objetificação, que se apresenta para suprir as necessidades do homem, sendo a alimentação uma desta. Ou seja, o ser humano cria suas próprias necessidades e ao mesmo tempo cria os meios para satisfazê-las. Essa é a diferença entre o ser humano e o animal. Nesse sentido, o homem é basicamente a origem das necessidades, que são satisfeitas por meio da objetivação, de modo que os objetos criados medeiam o desenvolvimento de novas

necessidades. Assim, a natureza ativa do homem, como executor de atividades concretas perante a natureza, contribui para a objetivação da criação de novas necessidades.

Nesse sentido, como o sistema de necessidades baseia-se na divisão do trabalho e a satisfação das necessidades aparecem mediadas pelo mercado, o objetivo dessa forma social não é satisfazê-las por si só, mas a valorização do capital.

PRODUÇÃO PARA O LUCRO E NÃO PARA A SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES

Denota-se que o capitalismo teve sua origem agrária, neste sentido Wood (1998) pontua que não é um fenômeno oriundo somente das cidades e sim um processo das grandes mudanças das relações humanas e que este nasce no campo. Ou seja, o capitalismo tem o feudalismo como condição necessária, mas não condição suficiente, já que pode ter vários resultados a partir do ponto de partida feudal.

Wood (1998) afirma que ao longo da história, sempre ocorreram trocas e vendas dos excedentes para diversos fins. Já no capitalismo, praticamente tudo é mercadoria produzida para o mercado. As relações entre os capitalistas, sua mão-de-obra e seu salário, sua matéria-prima e produção, e seu lucro giram em torno do mercado e sua demanda, sendo este considerado o principal regulador das ações. E esse sistema dependente do mercado acaba gerando imperativos como a competitividade, a acumulação, maximização dos lucros, e a busca incessante por novos mercados.

Neste sentido compreende-se que o capitalismo como se conhece hoje é resultado de longos e complexos processos de transformação nas relações humanas, e não apenas um processo natural, considerando que no princípio ele existia de forma embrionária, ou seja, encontrava-se em estágio rudimentar, no qual só precisava se libertar de algumas amarras.

No capitalismo agrário existia a divisão entre os produtores, que trabalhavam a terra, camponeses que tinham a posse dos meios de produção, no caso a terra, e os apropriados que se apropriaram do trabalho alheio (excedente agregados através da força por grandes proprietários ou Estado). Compreendendo o poder que esse o mercado tem, em detrimento disso Wood (1998) salienta que:

[...] Os efeitos imperativos do mercado foram intensificar a exploração tendo em vista o aumento da produtividade - fosse a exploração do trabalho dos outros ou alto-exploração do agricultor e sua família. (...) Onde os pequenos produtores independentes, supostamente a espinha dorsal de uma república livre, tiveram cedo de encarar a cruel escolha imposta pelo capitalismo agrário (WOOD, 1998, p. 19).

Ou seja, na indústria ou na agricultura, a diferença entre a sociedade pré-capitalista e a sociedade capitalista está na relação de propriedade entre produtores e expropriados, e não na questão urbana-rural. Destaca-se que esta relação no capitalismo foi desenvolvida como a venda de sua capacidade de trabalho em troca de salário, sem posse da propriedade dos meios de produção.

Neste sentido, entende-se que o capitalismo gira em torno do mercado uma vez que este é o seu senhor. Wood (1998) afirma que:

[...] O capitalismo não é uma consequência "natural" e inevitável da natureza humana, ou mesmo das práticas sociais antigas como o comércio. É o resultado tardio e localizado de condições históricas muito específicas. [...] Exigiram uma transformação nas trocas do homem com a natureza, com vistas ao provimento das necessidades vitais básicas (WOOD 1998, p. 29).

Neste contexto, o capitalismo apresenta-se em um período de expansão praticamente universal nos dias atuais, com uma forte força na obtenção da propriedade material, obtida às custas de uma extensa expropriação e intensa exploração. E também uma crescente:

[...] Produtividade e capacidade de alimentar uma vasta população; por outro lado a subordinação de todas as condições aos imperativos do lucro. Isso significa, entre outras coisas, que pessoas que podiam ser alimentadas são frequentemente deixadas famintas (WOOD 1998, p. 27).

Denota-se que na verdade, significa que existe uma grande disparidade entre capacidade produtiva do capitalismo e a qualidade de vida que proporciona. Uma vez que o seu surgimento acarretou vários problemas sociais e ambientais, afetando diretamente a classe trabalhadora. Neste sentido demonstra que este permeia-se através da:

(...) ética do uso irresponsável da terra, da doença da vaca louca e da destruição ambiental. O capitalismo nasceu no âmago da vida humana, da interação com a natureza

da qual depende a própria vida. A transformação dessa interação pelo capitalismo agrário revela os impulsos inerentemente destrutivos de um sistema no qual os aspectos fundamentais das existências estão sujeitos às exigências do lucro (WOOD 1998, p. 28).

Percebe-se que os efeitos destrutivos do capitalismo constituem continuamente, enquanto os efeitos positivos não têm sido apresentados com a mesma consistência. Wood (1998), explicita que uma vez que o capitalismo é inserido em um país este se espalha rapidamente para os demais, juntamente com seus efeitos destrutivos que estão sobrepujando os ganhos materiais.

O capitalismo, portanto, desenvolveu-se em um lugar preciso e em uma época determinada, não como uma força natural, mas como o fruto de “relações de propriedade particulares”, as quais permeiam-se pelas “mediações do mercado”. Neste sentido o importante para o capital é que a classe trabalhadora mantenha as produções de lucro do sistema, Mézáros (2011) compreende-se ser insustentável:

[...] que a disjunção de necessidade e produção-de-riqueza – que vem a ser uma característica necessária da geração de riqueza sob o domínio do capital – possa sustentar a si própria indefinidamente, mesmo nos países de capitalismo mais avançado e privilegiado; ainda menos que possa satisfazer “no momento apropriado” (graças a seu glorificado “dinamismo”) às necessidades elementares da vasta maioria da humanidade que agora tão insensivelmente despreza (MÉZÁROS, 2011, p. 605).

Tal ideia é inconcebível uma vez que o capital coloca os sujeitos como meros objetos, buscando a princípio acumulação de riqueza. Evidenciando-se que as necessidades humanas é um momento secundário para a lógica da acumulação capitalista. Neste sentido, demonstra-se que há uma subordinação das necessidades humanas à produção e reprodução do valor. Mézáros (2011) afirma que esta perspectiva tem sido uma marca do capital desde seu início, no qual tem sido configurada historicamente como sendo o principal processo de seu desenvolvimento.

Percebe-se que o homem é tratado como uma mercadoria e independente das suas necessidades básicas, está ali para um propósito da lógica de valorizar o capital. Neste sentido, deve-se ter em mente que as:

[...] realizações problemáticas do sistema do capital emergem de uma estratégia autocontraditória que ingênua ou assustadoramente ignora as exigências de um adequado “domínio do homem sobre suas condições de existência orgânica e inorgânica” como a precondição necessária de um domínio humano socialmente viável sobre as forças da natureza (MÉZAROS, 2011, p.609).

No qual “A subordinação das necessidades de capital humano à reprodução completa do valor de troca no interesse da autorrealização ampliada do capital tem sido o traço marcante do sistema do capital desde o seu início” (MÉZÁROS, 2011, p. 606).

Além disso, esse processo de separação/apropriação da riqueza produzida não se limita à divisão completa do homem de sua natureza. Como o modo de produção capitalista se reproduz objetivamente em uma visão inconsistente de que a base natural das próprias condições materiais de existência do homem é eliminada, e que seu objetivo maior é o lucro, esta externalidade faz com que o trabalhador se envolva em uma autodestruição absurda. Conforme Mézáros (2011)

[..] Dadas as limitações e contradições estruturais desta ordem social universalmente mercantilizadora, orientada para o lucro, o escopo de sua produtividade é desesperançosamente limitado – e sua direção, além de certo ponto do desenvolvimento histórico em andamento, radicalmente pervertida – pelo modo no qual as demandas da expansão do capital praticamente definem o critério de “utilidade” ao qual tudo deve se conformar. (MÉSZÁROS, 2011, p. 620).

Aliás, cria-se o direito de utilidade completamente fúteis! Voltados ao mero consumo, apenas para satisfazer a dinâmica da acumulação capitalista. Como resultado, o consumo torna-se mais acessível, vital para a reprodução do capital e cada vez mais distancia-se do atendimento das necessidades humanas básicas.

Desta forma, as necessidades humanas ao longo das transformações do sistema capitalista foram cada vez mais secundarizadas e submetidas à dinâmica de valorização do capital, na concepção de não haver necessidade de garantia dos mínimos necessários. Como um sistema sem limites para sua expansão, o capital acaba se tornando incontrolável e inerentemente destrutivo. O excesso de produção e consumo, os danos ambientais em escala global, o desemprego e a precarização do trabalho são estruturais, e atingem as classes mais pobres da sociedade.

Compreende-se de acordo com Netto (2010) que as bases de sustentação do capitalismo são as mesmas que geram contradições, o período e a cultura de cada região representam como o desenvolvimento do capitalismo irá gerar as expressões da questão social, percebe-se neste sentido que:

Nas sociedades anteriores à ordem burguesa, as desigualdades, as privações etc. decorriam de uma escassez que o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não podia suprimir (e a que era correlato um componente ideal que legitimava as desigualdades, as privações etc.); na ordem burguesa constituída, decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações sociais de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação) e do caráter mercantil que reveste obrigatoriamente os valores de uso (NETTO 2010. n.p.)

Nos termos de Netto (2010), o desenvolvimento do sistema capitalista é permeado pelo avanço civilizatório baseado na barbárie. No qual as expressões da “questão social” irá apresentar-se cada vez de maneira intensa, neste sentido a pobreza será conseqüentemente a propulsora da fome.

Desse modo, observa-se que o sistema capitalista busca somente construir estratégias que o beneficie, e como consequência evidenciará de maneira exacerbada as expressões da “questão social”.

Esta perspectiva do capital irá corroborar para o aumento significativo da fome, sendo está entendida neste capítulo, evidenciada pelo aumento da acumulação de riqueza e má distribuição destas que caracteriza o pauperismo em consonância com as expressões da “questão social”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca incessante pelo lucro no sistema capitalista muitas vezes se sobrepõe à preocupação com a satisfação das necessidades humanas básicas, perpetuando o ciclo de

pobreza e exclusão social. Esse fenômeno é evidenciado pela prevalência de desigualdades socioeconômicas profundas em muitas partes do mundo, onde uma minoria acumula riqueza enquanto uma grande parte da população luta para ter acesso aos recursos mais básicos, como alimentação, moradia e saúde adequada.

Nesse contexto, é fundamental analisar criticamente as estruturas socioeconômicas que sustentam essa dinâmica desigual. O capitalismo, como sistema econômico dominante, tem seu funcionamento fundamentado na maximização do lucro e na acumulação de capital, muitas vezes em detrimento do bem-estar humano e ambiental.

O modo de produção capitalista perpetua a fome, o que pode trazer a reflexão que a não garantia do suprimento das necessidades básicas é algo planejado para existir, pois ao observar todo o funcionamento do sistema a classe trabalhadora permanece sempre submetida a classe dominante, sempre vivendo à margem e não acessando todos os direitos.

Portanto, é possível defender que a fome é um projeto, visto que atualmente pelo nível de produtividade do capitalismo ela pode ser superada, porém é mantida. Investimentos em políticas públicas, por exemplo, tendem a serem vistos como desnecessários uma vez que a prioridade é a liberdade irrestrita do mercado. Nesse sentido, cabe ao Estado um papel cada vez menor no combate às desigualdades em nome do livre mercado.

Se essa racionalidade não for superada, não só a segurança alimentar e nutricional estará ameaçada, mas também a manutenção da vida humana, tendo em vista as condições naturais necessárias para nossa sobrevivência como espécie. Desse modo, observa-se que o sistema capitalista busca somente construir estratégias que o beneficie, e como consequência evidenciará de maneira exacerbada as expressões da “questão social”.

Com isso este artigo buscou contribuir com o entendimento das necessidades humanas a partir da fome e suas origens, salienta-se a necessidade de maiores aprofundamentos e pesquisa sobre o tema, visto que este é pouco estudado dentro do Serviço Social, sendo uma discussão de grande relevância no cenário brasileiro onde milhões de pessoas estão em situação de fome.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Teoría de las necesidades en Marx. Barcelona: Ediciones Península, 1986

WOOD. E. M. **As origens agrárias do capitalismo.** Crítica Marxista, São Paulo, Boitempo, v.1, n.10, 2000, p.12-29.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** Trad. de Paulo

César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 605 – 709.

LUKÁCS, George. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem.** p. 1-25. (Em manuscrito "in: "Termas" v.4").